



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

CAPA DE PROCESSO LICITATÓRIO

<i>Órgão</i>	<i>Proc. Adm.</i>	<i>Data da Ratificação</i>
<i>Diretoria Administrativa</i>	<i>013/2021</i>	<i>26/01/2021</i>

Modalidade de licitação e número da ordem em série anual: Dispensa de Licitação nº 01/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

Data da Homologação: 26/01/2021

Vencedor: Caweb Informática Ltda. CNPJ: 03.417.848/0001-09

Fonte de Recursos: PRÓPRIOS



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.862.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Lavei o presente TERMO de ABERTURA deste *Processo Administrativo nº 013/2021* para a realização da licitação e contratação, que tem como segunda folha, esta correspondente a este termo.

Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara

Protocolo de Abertura

NÚMERO DO PROCESSO: 013/2021

ASSUNTO: *Processo Administrativo para abertura de licitação e contrato(s) administrativo.*

DATA __/__/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Memo. N° 012/2021 - GAB
A Sua Excelência, o Senhor,
Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara

Timbiras/MA, 04 de janeiro de 2021

ASSUNTO: Contratação de empresa

Visando o bom atendimento aos servidores, vereadores e a população de um modo geral, necessários ao dia a dia para melhor execução dos trabalhos desta Casa Legislativa. Necessário se faz a **Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA, no exercício financeiro de 2021, conforme termo de referência que segue anexo. Aproveitamos a oportunidade para aprovação e autorização deste pleito administrativo em sua fase interna.**

Sendo só o que se apresenta até o presente momento, renovo os votos de estima e consideração.

Atenciosamente;

Wilson Gonçalves Vieira
Wilson Gonçalves Vieira

Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Termo de Referência



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do objeto da licitação;

Constitui objeto deste termo a *contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.*

2. Da justificativa para a contratação;

a) A rede da Câmara municipal tem como objetivo prover infraestrutura, física e lógica, para que todos os serviços da área fim possa ser utilizados, padronizados e normatizados, tais como: correios eletrônicos, acesso à Internet e a Intranet, transferência de arquivos, autenticação de usuários, integração de sistemas legados, gerência e segurança da informação, entre outros.

b) Tal contratação justificam-se pela essencialidade dos serviços em função do provimento, expansão e manutenção de infraestrutura às suas diversas unidades, impactando positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades relacionadas ao bom andamento dos trabalhos desta casa legislativa, bem como verificado a necessidade de aumento da capacidade e da disponibilidade dos enlaces em relação à comunidade.

3. Descrição do objeto e orçamento detalhado;

Item	Qtd/meses	Descrição dos itens	Unidade
1	11	Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.	serviço
Valor Total do lote			

4. Do local de instalação;

a) Os serviços serão adquiridos, de acordo com a solicitação da Câmara municipal através de NOTA DE EMPENHO e/ou Ordem de serviços, no endereço abaixo relacionado:

b) R. José Antônio Francis, Centro, Timbiras-MA.

5. Do prazo de entrega e das garantias;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- a) O licitante vencedor, deverá instalar o objeto licitado no prazo de até 05 (cinco) dias após homologação e assinatura do contrato, nos endereços acima mencionados, conforme relação no item 4.
- b) Não será aceito na entrega do objeto quantidade e qualidade com descrição diferente daquela constante na proposta vencedora.
- c) Verificada a adequada prestação do serviço em conformidade com objeto licitado, instalado e funcionando, a câmara, emitirá Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- d) A garantia da disponibilidade mínima contratada deverá ser de 99% do mês, 24 (vinte e quatro) horas do dia e 7 (sete) dias da semana;
- e) Os defeitos deverão ser solucionados em até 08 (oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte desta casa legislativa.

6. Da proposta;

A proposta deverá conter:

- a) Valor em moeda corrente nacional (real), onde estejam incluídas todas as despesas inerentes a instalação do LINK ora licitado, obrigações fiscais e demais encargos.
- b) O Licitante deverá apresentar preço unitário e total do item licitado, instalado, condição esta indispensável para julgamento.
- c) A licitante deverá mencionar em sua proposta a GARANTIA do LINK licitado, não podendo ser inferior ao estabelecido no edital.
- d) Ofertar soluções para casos de urgência ou de contingência em queda de sinal para não deixar toda a estrutura fora de funcionamento por mais de 24 (vinte e quatro) horas.

Para efeito de julgamento esta licitação é do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO (por Mbps).

7. Da fiscalização;

A Contratada deverá manter preposto aprovado por esta casa legislativa, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto deste Termo, para representá-la sempre que for necessário.

- a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os serviços objeto deste Termo.
- b) . Ao fiscal competirá:
- c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d). Fiscalizar a execução dos fornecimentos desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente como o preposto da contratada, as ocorrências havidas.

8. Dos deveres do contratado;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- a) Os custos de instalação, material e serviços referentes ao meio de transporte acima citado serão de responsabilidade da empresa licitante vencedora.
- b) O LINK Internet deverá ser entregue configurado.
- c) OS LINKS deverão ser instalado na sede da Câmara municipal, sem custos para a Contratante, e deverá atender à legislação e normas técnicas aplicáveis, em especial às normas e regras da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
- d) O prazo para instalação do LINK será de até 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura do contrato;
- e) Após a instalação do LINK estabelece-se que serão contratados 12 meses do serviço, podendo ser renovado.
- f) A empresa vencedora deverá ter serviço de suporte para atendimento via fone, internet ou até mesmo in loco, sempre que necessário, sem custos para a Contratante;
- g) A empresa deverá ofertar soluções para casos de urgência ou de contingência em queda de sinal para não deixar toda a estrutura fora de funcionamento por mais de 24 horas;
- h) A garantia da disponibilidade mínima contratada deverá ser de 99% do mês, 24 (vinte e quatro) horas do dia e 7 (sete) dias por semana;
- i) Os defeitos deverão ser solucionados em até 8 (oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte da Contratante.
- j) A contratante não terá qualquer tipo de limitação de utilização do link quanto à quantidade de informação e conteúdo trafegado;

09. Das obrigações da contratante;

- a) Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa executar o serviço dentro das normas deste Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;
- b) Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- c) Aplicar as penalidades cabíveis, previstas neste Termo, garantindo a prévia defesa;
- d) Efetuar o pagamento em até 10 dias após a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura;
- e) Solicitar por escrito, durante o período de execução do objeto, a substituição dos serviços que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a proposta;
- f) Solicitar a licitante vencedora que retire a assine o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da convocação.
- g) Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;
- h) Comunicar à CONTRATADAS quaisquer irregularidades observadas na execução serviço contratado;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

i) Emitir parecer final de recebimento em até 5 dias após a conclusão.

10. Da dotação Orçamentária;

As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA - Plano Plurianual, na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA - Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações a serem apresentadas pela Contabilidade deste órgão.

11. Das penalidades;

Pela inexecução total ou parcial do Contrato decorrente deste Termo, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) advertência.

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado do Contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão, determinada por ato unilateral e escrito da Contratante.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b".

12. Da vigência do contrato;

O contrato terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contada da data da assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

13. Do foro.

Fica eleito o Foro desta cidade desta cidade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do contrato decorrente do presente instrumento.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DA FASE INTERNA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Considerando que as especificações técnicas, os quantitativos e demais cláusulas atendem às necessidades do órgão solicitante **APROVO** o presente **Termo de Referência e AUTORIZO** a abertura do **Processo Administrativo nº 013/2021** cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA, em sua fase interna, conforme dispõe o artigo 38, caput, e o artigo 7º, § 2º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, respectivamente:**

“Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:”


“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:”

“(...)”

“§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:”

“I - houver projeto básico (termo de referência) aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;”

Timbiras/MA, 05 de janeiro de 2021


Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Comissão Permanente de Licitação;

ASSUNTO: Solicitação de Pesquisa de Mercado

Encaminho o presente processo, para que seja feita uma para pesquisa de preços, preferencialmente no mercado local, junto a empresas interessadas que atuam no ramo do objeto que a administração pretende adquirir. Em seguida encaminhar à Contabilidade desta Casa Legislativa, para que seja verificada a existência de Reserva de Dotação Orçamentária e demais providência para continuidade do pleito.

Artigo 15, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993: (As compras, sempre que possível, deverão: § 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado).

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras – MA, em 05 de janeiro de 2021


Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.862.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

REQUISITANTE: *Câmara Municipal de Timbiras/MA*

Processo Administrativo nº 013/2021

À empresa (Razão Social): Portal Timbiras Eireli.

CNPJ: 21.963.674/0001-61

ENDEREÇO: Rua Monte Alegre nº 01, Centro, Timbiras/MA.

Senhor (a) signatário (a); Conforme o art. 15 do estatuto das licitações e contratos, Lei Federal nº 8.666/93, estamos procedendo à coleta de preços conforme termo de referência constante nos autos.

Caso seja do seu interesse em participar desta cotação para licitação, solicitamos que seja encaminhada sua proposta no endereço: Rua José Antônio Francis, s/n, bairro Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min. Ressaltamos que a mesma deverá conter os valores unitários e/ou total, os quais estarão inclusas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos e quaisquer outros custos que incidam sobre o valor final do objeto, o prazo de validade, devidamente assinada e (se houver) enviar em papel timbrado da empresa, conforme modelos que seguem em anexo. (Cópia da planilha da proposta de preço em mídia com entrada em formato USB ou enviada para o e-mail do tipo doc/xls). A qual deverá ser entregue no setor de protocolo desta Casa Legislativa ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@email.com, de já agradecemos, solicitamos que se não houver interesse na participação, manifeste-se sobre tal, por escrito ou encaminhando carta/e-mail ou via fax.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 05 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS

(NO PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE, SE HOVER)

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):	CNPJ:
ENDEREÇO:	
PESQUISADOR:	

OBJETO:

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos de tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto.

COMEÇO DAS ATIVIDADES: De acordo com o termo de referências.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) consecutivos, contados do recebimento do objeto.

CONTATO DA EMPRESA:

- a) Pessoa:
- b) Telefone/celular (se tiver):
- c) E-mail (se tiver):

Prazo de validade da cotação de preço: 60 dias.

Cidade/UF,.... de de 20xx.

(Assinatura, nome e cargo na empresa)

OBS: Enviar a proposta devidamente datada e assinada para o e-mail:
camaratimbrasoficial@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Timbiras - MA, vem mui respeitosamente solicitar de vossa senhoria que nos envie uma cotação de preços do(s) item (ns) descrito(s) no termo de referência constante nos autos.

OBS. Preencher os dados abaixo, em caso de responder no próprio formulário.

EMPRESA/PESSOA FÍSICA:	CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	CARGO:
ASSINATURA:	DATA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

REQUISITANTE: *Câmara Municipal de Timbiras/MA*

Processo Administrativo nº 013/2021

À empresa (Razão Social): N. de W. Batista Paula (Extreme Informática)

CNPJ: 10.613.976/0001-93


ENDEREÇO: Rua Cônego Mendonça nº 525, bairro Centro, Codó/MA

Senhor (a) signatário (a): Conforme o art. 15 do estatuto das licitações e contratos, Lei Federal nº 8.666/93, estamos procedendo à coleta de preços conforme termo de referência constante nos autos.

Caso seja do seu interesse em participar desta cotação para licitação, solicitamos que seja encaminhada sua proposta no endereço: Rua José Antônio Francis, s/n, bairro Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min. Ressaltamos que a mesma deverá conter os valores unitários e/ou total, os quais estarão inclusas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos e quaisquer outros custos que incidam sobre o valor final do objeto, o prazo de validade, devidamente assinada e (se houver) enviar em papel timbrado da empresa, conforme modelos que seguem em anexo. (Cópia da planilha da proposta de preço em mídia com entrada em formato USB ou enviada para o e-mail do tipo doc/xls). A qual deverá ser entregue no setor de protocolo desta Casa Legislativa ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com, de já agradecemos, solicitamos que se não houver interesse na participação, manifeste-se sobre tal, por escrito ou encaminhando carta/e-mail ou via fax.

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Câmara Municipal de Timbiras – MA, 05 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS

(NO PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE, SE HOVER)

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):	CNPJ:
ENDEREÇO:	
PESQUISADOR:	

OBJETO:

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos de tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto.

COMEÇO DAS ATIVIDADES: De acordo com o termo de referências.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) consecutivos, contados do recebimento do objeto.

CONTATO DA EMPRESA:

- a) Pessoa:
- b) Telefone/celular (se tiver):
- c) E-mail (se tiver):

Prazo de validade da cotação de preço: 60 dias.

Cidade/UF,.... de de 20xx.

(Assinatura, nome e cargo na empresa)

OBS: Enviar a proposta devidamente datada e assinada para o e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Timbiras - MA, vem mui respeitosamente solicitar de vossa senhoria que nos envie uma cotação de preços do(s) item (ns) descrito(s) no termo de referência constante nos autos.

OBS. Preencher os dados abaixo, em caso de responder no próprio formulário.

EMPRESA/PESSOA FÍSICA:	CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	CARGO:
ASSINATURA:	DATA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

REQUISITANTE: *Câmara Municipal de Timbiras/MA*

Processo Administrativo nº 013/2021

À empresa (Razão Social): Caweb Informática LTDA


CNPJ: 03.417.848/0001-09

ENDEREÇO: Avenida Augusto Teixeira, nº 2638 B, São Sebastião, Codó/MA.

Senhor (a) signatário (a); Conforme o art. 15 do estatuto das licitações e contratos, Lei Federal nº 8.666/93, estamos procedendo à coleta de preços conforme termo de referência constante nos autos.

Caso seja do seu interesse em participar desta cotação para licitação, solicitamos que seja encaminhada sua proposta no endereço: Rua José Antônio Francis s/n, bairro Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min. Ressaltamos que a mesma deverá conter os valores unitários e/ou total, os quais estarão inclusas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos e quaisquer outros custos que incidam sobre o valor final do objeto, o prazo de validade, devidamente assinada e (se houver) enviar em papel timbrado da empresa, conforme modelos que seguem em anexo. (Cópia da planilha da proposta de preço em mídia com entrada em formato USB ou enviada para o e-mail do tipo doc/xls). A qual deverá ser entregue no setor de protocolo desta Casa Legislativa ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com, de já agradecemos, solicitamos que se não houver interesse na participação, manifeste-se sobre tal, por escrito ou encaminhando carta/e-mail ou via fax.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 05 de janeiro de 2021,


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS

(NO PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE, SE HOUVER)

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):	CNPJ:
ENDEREÇO:	
PESQUISADOR:	

OBJETO: ...

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos de tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto.

COMEÇO DAS ATIVIDADES: De acordo com o termo de referências.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) consecutivos, contados do recebimento do objeto.

CONTATO DA EMPRESA:

- a) Pessoa:
- b) Telefone/celular (se tiver):
- c) E-mail (se tiver):

Prazo de validade da cotação de preço: 60 dias.

Cidade/UF, de de 20xx.

(Assinatura, nome e cargo na empresa)

OBS: Enviar a proposta devidamente datada e assinada para o e-mail: camaratimbrasoficial@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Timbiras - MA, vem mui respeitosamente solicitar de vossa senhoria que nos envie uma cotação de preços do(s) item (ns) descrito(s) no termo de referência constante nos autos.

OBS. Preencher os dados abaixo, em caso de responder no próprio formulário.

EMPRESA/PESSOA FÍSICA:	CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	CARGO:
ASSINATURA:	DATA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Contabilidade Geral da Câmara;

Conforme solicitado, encaminho o *Processo Administrativo nº 013/2021* anexada uma cotação de preços feita com empresas que trabalham no ramo do objeto que a Câmara Municipal pretender adquirir, envio para que seja verificada a existência de Reserva de Dotação Orçamentária, caso confirmado, reencaminhar ao Gabinete da Presidência para continuidade do pleito. Conforme dispõe o artigo 38, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993:

“Art. 38. O procedimento licitatório será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:”

Timbiras – MA, 08 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Cotação de Preços



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão



PLANILHA DE COTAÇÕES DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 013/2021

Item	Cidades	Descrição dos itens	Unidade	Empresas				Média de Preços unitário	Valor médio Total		
				Portal Timbiras Erell CNPJ:21.963.674/0001-61	Extreme Informática CNPJ:10.613.976/0001-93	Caweb Informática CNPJ:03.417.848/0001-09	Valor unitário			Valor Global	Valor Unitário
1	11	Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender as atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.	serviço	R\$ 1.100,00	R\$ 12.100,00	R\$ 1.200,00	R\$ 13.200,00	R\$ 1.090,00	R\$ 11.990,00	R\$ 1.130,00	R\$ 12.430,00
Valor Total do lote				R\$ 12.100,00	R\$ 13.200,00	R\$ 11.990,00	R\$ 12.430,00				

Timbiras/MA, 08 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



COLETA DE PREÇO

A Câmara Municipal de Timbiras

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

DESCRIÇÃO:			
Objeto:	Qnt:	P.Unit:	P. Total:
Internet	11	1.090	11.990,00

Codó-MA, 06 de Janeiro de 2021.

Hayanna Borges Santos

Hayanna Borges Santos

Caweb Informática Ltda.

Contratada



Portal Timbiras Eireli

CNPJ: 21.963.674/0001-61
Rua Monte Alegre nº 01, Centro, Timbiras/MA.
Cep. 65.420000



À Câmara Municipal de Timbiras - MA
Rua José Antônio Francis, s/n, Centro, Timbiras/MA.

Setor de Compras

PROPOSTA DE PREÇO

Apresento e submeto à apreciação de V. S. a proposta de preços, referente a proposta de preço.

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd/meses	Descrição dos Itens	Unidade	Média de preços unitario	Valor médio global
1	11	Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.	serviço	R\$ 1.100,00	R\$ 12.100,00
Valor Total do lote					R\$ 12.100,00

Declara-se expressamente que estão inclusas no preço ofertado as despesas com todas as impostos, taxas, encargos sociais, encargos tributários, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

O Prazo de fornecimento é de até 03 (três) dias úteis a partir do recebimento da ordem de fornecimento, e será rigorosamente cumprido, conforme cronograma das atividades.

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.sa. a nossa proposta.

Timbiras (MA), 07 de janeiro de 2021

Atenciosamente,

Pedro Lopes Caldas Junior
Portal Timbiras

**Rua Monte Alegre nº 01, Centro, Timbiras/MA.
Cep. 65.420000**



EXTREME INFORMATICA
N DE W BATISTA PAULA
CNPJ: 10.613.976/0001-93

RUA CONEGO MENDONÇA ,525
CENTRO, CODÓ-MA
FONE: 99 3661-6119

PROPOSTA

À Câmara Municipal de Timbiras/CPL
Rua José Antônio Francis, s/n, centro Timbiras/MA
Ref.: Processo Administrativo nº 013/2021

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd/meses	Descrição dos itens	Unidade	Média de preços unitario	Valor médio global
1	11	Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.	serviço	R\$ 1.200,00	R\$ 13.200,00
Valor Total do lote				R\$ 13.200,00	

Valor Global da Proposta R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Declara-se expressamente que estão inclusos no preço ofertado as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos tributários, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

O Prazo de execução dos serviços é de até 02 (dois) dias a partir do recebimento da ordem de fornecimento dos serviços, e será rigorosamente cumprido, conforme cronograma das atividades.

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

Codó - MA, 07 de janeiro de 2021

Atenciosamente,

Nilberth de Wilkinson Batista Paula
EXTREME INFORMÁTICA



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Mapas de classificação das propostas

Objeto da Pesquisa: Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

Critério de julgamento: Menor preço;

Amparo legal: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS;


Licitantes:	Portal Timbiras Eireli CNPJ: 21.963.674/0001-61	Extreme Informática CNPJ: 10.613.976/0001-93	Caweb Informática CNPJ: 03.417.848/0001-09	Média aritmética
Propostas	R\$ 12.100,00	R\$ 13.200,00	R\$ 11.990,00	R\$ 12.430,00

CLASSIFICAÇÃO:

1º Lugar: _ Caweb Informática	R\$ 11.990,00
2º Lugar: _ Portal Timbiras Eireli	R\$ 12.100,00
3º Lugar: _ Extreme Informática	R\$ 13.200,00

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Timbiras – MA, 08 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Timbiras/MA, 11 de janeiro de 2021

Ao Gabinete da Presidência;

O Contador Oficial da Câmara Municipal de Timbiras/MA Sr; **JAKSON RODRIGUES BRITO**, inscrito no CRC/MA, sob o nº 006218 P/IMA, responsável pela escrituração e demonstrações contábeis de execução financeira e orçamentária, em atendimento aos arts. 14 da Lei Federal nº 8.666/93 e 60 da Lei nº 4.320/64, certifico a existência de dotação orçamentária para atender às despesas em tela à qual está de acordo com a Lei Orçamentaria Anual (LOA), com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para o exercício financeiro do ano em curso, sendo assim, solicito de Vossa Excelência a elaboração da declaração de ordenador de despesa conforme dotação abaixo:

Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA;

DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS;

As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações; **00 – Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica;**


JAKSON RODRIGUES BRITO
Contador Geral da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DECLARAÇÃO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRO
(Inciso I, Art. 16 LC nº 101/2000)

Processo Administrativo nº 013/2021

Declaro para os devidos fins que a despesa referente à *Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA*, serão contabilizadas na reserva de dotação orçamentária está contida no orçamento Geral da Câmara Municipal de Timbiras, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho. Será suficiente para garantir o empenho de tal despesa no exercício do ano em curso, a qual estimamos em R\$ 12.430,00 (doze mil, quatrocentos e trinta reais).

A referida despesa é objeto de dotação específica e suficiente, estando abrangida por crédito genérico, na classificação acima, prevista no programa de trabalho, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentária e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração; não infringindo, portanto, quaisquer, disposições da legislação especificamente o Art. 16 da LC 101/00.

Salientamos que tal despesa será empenhada no exercício financeiro do corrente ano e paga dentro do mesmo pleito não ficando valores para serem empenhados nos exercícios seguintes.

Concluimos, portanto que esta Casa Legislativa disporá de recursos suficientes para a realização da despesa e que não haverá impacto nos exercícios seguintes.

Timbiras (MA), 11 de janeiro de 2021


JAKSON RODRIGUES BRITO
Contador Geral da Câmara Municipal




CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (INCISO II Art. 16, LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000).

A Presidência da Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento as determinações do inciso II do art.16 da Lei Complementar 101-2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na qualidade de ordenador de despesas, tendo em vista a estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro do objeto que esta Casa Legislativa pretender adquirir. **DECLARO** que os *serviços*, cuja reserva de dotação orçamentária está contida no programa de trabalho; *Poder Legislativo: 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica*. Possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) para o exercício financeiro do corrente ano, com a Lei de Diretrizes orçamentarias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras/MA em 11 de janeiro de 2021.


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DA FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO

Considerando as informações contidas no presente processo, protocolado com o nº 013/2021 nesta Augusta Casa Legislativa, estando devidamente cumpridas as formalidades, feita pesquisa de mercado junto a empresas que trabalham no ramo do objeto que esta administração pretende adquirir, posteriormente confirmado respaldo orçamentário e financeiro, indicada qual rubrica fará frente à tal despesa, tendo por conveniente e oportuno, **AUTORIZO** a abertura da fase externa do procedimento licitatório que terá por objeto a **Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.**

Faça saber desta decisão à **Comissão Permanente de Licitação - CPL** para autuação, adequação do termo de referências, elaboração da minuta do edital com seus anexos e demais providências de sua competência.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras/MA em 12 de janeiro de 2021.


Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Portaria(s)



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Portaria nº 10/2021 – GAB/ TIMBIRAS/MA

Designa os integrantes da Comissão Permanente de Licitação/Pregão – Comissão para atuar em Licitações Públicas no âmbito da Câmara Municipal de Timbiras (MA), e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, **ALEXANDRO ROCHA NASCIMENTO**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e do Art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93 e o Art. 3º da Lei 10.520/02;

Considerando a necessidade de estruturar a Comissão Permanente de Licitação – Comissão - para o exercício financeiro de 2021 no intuito de atender às Leis Federais de Licitações e Contratos Administrativos, à qual terá por funções: Garantir a formalização dos procedimentos licitatórios, em observância aos ditames legais, autuar os procedimentos administrativos, receber, examinar, julgar os documentos e as propostas dos procedimentos licitatórios e cadastramento de licitantes, competindo-lhe ainda adjudicar os objetos licitados aos respectivos vencedores, fornecer informações para o SACOP (Sistema de Acompanhamento das licitações) junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, resguardando o interesse público e garantindo presteza e produtividade na realização de suas funções e demais normas relativas à espécie.

Resolve;

Art. 1º Fica nomeado para o cargo de Pregoeiro o Senhor: Max Vinicius Cantanhede CPF: 043.167.063-30

Art. 2º Ficam nomeados para compor a equipe de apoio os servidores abaixo relacionados:

1. Presidente: Raimundo Jonas Silva Coelho;
2. Membro: Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira;

Art. 4º Os servidores especificados nesta portaria desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos no período de 01 (um) ano, conforme estabelecido no Art. 51 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Publique-se, registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS, ESTADO DO MARANHÃO AOS 04 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2021.

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



SUMÁRIO

PORTARIA Nº 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2021 – NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO.....1

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2021 – NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbiras/MA, no uso de suas atribuições legais e atendendo às indicações do tesoureiro da mesa diretora 2021/2022. **R E S O L V E**: Art. 1º Instituir, de acordo com o 4º do art. 51 da Lei nº 8.666/1993, Comissão Permanente de Licitação para atuar nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite com a seguinte composição:

– Presidente: RAIMUNDO JONAS SILVA COELHO;
– Membros: MARINALVA CARDOSO DA SILVA DE OLIVEIRA e MAX VINICIUS CANTANHEDE;

Art. 2º - Designar, de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002, o servidor abaixo para exercer as atribuições de pregoeiro:

I – Titular: MAX VINICIUS CANTANHEDE;

Art. 3º - Designar, de acordo com as disposições do artigo 3º, inciso IV da Lei nº 10.520/2002, os servidores abaixo para compor equipe de apoio ao pregão:

– Membros: RAIMUNDO JONAS SILVA COELHO, MARINALVA CARDOSO DA SILVA DE OLIVEIRA e MAX VINICIUS CANTANHEDE;

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Timbiras/MA, 04 de janeiro de 2021. ALEXANDRO ROCHA NASCIMENTO Presidente da Câmara.



ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Rua José Antônio Francis, S/N, centro,
CEP. 65.420-000 Timbiras – Maranhão

SITE:
www.timbiras.ma.gov.br

ANTONIO BORBA LIMA
Prefeito Municipal






CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Reserva de Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações; *Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 12 de janeiro de 2021.


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL


Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira
Membro/CPL


Max Vinícius Cantanhede
Membro/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Termo de Referência



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do objeto da licitação;

Constitui objeto deste termo a *contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.*

2. Da justificativa para a contratação;

a) A rede da Câmara municipal tem como objetivo prover infraestrutura, física e lógica, para que todos os serviços da área fim possa ser utilizados, padronizados e normatizados, tais como: correios eletrônicos, acesso à Internet e a Intranet, transferência de arquivos, autenticação de usuários, integração de sistemas legados, gerência e segurança da informação, entre outros.

b) Tal contratação justificam-se pela essencialidade dos serviços em função do provimento, expansão e manutenção de infraestrutura às suas diversas unidades, impactando positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades relacionadas ao bom andamento dos trabalhos desta casa legislativa, bem como verificado a necessidade de aumento da capacidade e da disponibilidade dos enlaces em relação à comunidade.

3. Descrição do objeto e orçamento detalhado;

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd/meses	Descrição dos itens	Unidade	Média de preços unitário	Valor médio global
1	11	contratação de empresa para prestação dos serviços de instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com dedicação exclusiva e suporte técnico no interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA	serviço	R\$ 1.130,00	R\$ 12.430,00
Valor Total do lote				R\$ 12.430,00	



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

4. Do local de instalação;

- a) Os serviços serão adquiridos, de acordo com a solicitação da Câmara municipal através de NOTA DE EMPENHO e/ou Ordem de serviços, no endereço abaixo relacionado:
- b) R. José Antônio Francis, Centro, Timbiras-MA.

5. Do prazo de entrega e das garantias;

- a) O licitante vencedor, deverá instalar o objeto licitado no prazo de até 05 (cinco) dias após homologação e assinatura do contrato, nos endereços acima mencionados, conforme relação no item 4.
- b) Não será aceito na entrega do objeto quantidade e qualidade com descrição diferente daquela constante na proposta vencedora.
- c) Verificada a adequada prestação do serviço em conformidade com objeto licitado, instalado e funcionando, a câmara, emitirá Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- d) A garantia da disponibilidade mínima contratada deverá ser de 99% do mês, 24 (vinte e quatro) horas do dia e 7 (sete) dias da semana;
- e) Os defeitos deverão ser solucionados em até 08 (oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte desta casa legislativa.

6. Da proposta;

A proposta deverá conter:

- a) Valor em moeda corrente nacional (real), onde estejam incluídas todas as despesas inerentes a instalação do LINK ora licitado, obrigações fiscais e demais encargos.
- b) O Licitante deverá apresentar preço unitário e total do item licitado, instalado, condição esta indispensável para julgamento.
- c) A licitante deverá mencionar em sua proposta a GARANTIA do LINK licitado, não podendo ser inferior ao estabelecido no edital.
- d) Ofertar soluções para casos de urgência ou de contingência em queda de sinal para não deixar toda a estrutura fora de funcionamento por mais de 24 (vinte e quatro) horas.

Para efeito de julgamento esta licitação é do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO (por Mbps).

7. Da fiscalização;

A Contratada deverá manter preposto aprovado por esta casa legislativa, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto deste Termo, para representá-la sempre que for necessário.

- a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os serviços objeto deste Termo.
- b) . Ao fiscal competirá:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d). Fiscalizar a execução dos fornecimentos desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente como o preposto da contratada, as ocorrências havidas.

8. Dos deveres do contratado;

- a) Os custos de instalação, material e serviços referentes ao meio de transporte acima citado serão de responsabilidade da empresa licitante vencedora.
- b) O LINK Internet deverá ser entregue configurado.
- c) OS LINKS deverão ser instalado na sede da Câmara municipal, sem custos para a Contratante, e deverá atender à legislação e normas técnicas aplicáveis, em especial às normas e regras da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
- d) O prazo para instalação do LINK será de até 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura do contrato;
- e) Após a instalação do LINK estabelece-se que serão contratados 12 meses do serviço, podendo ser renovado.
- f) A empresa vencedora deverá ter serviço de suporte para atendimento via fone, internet ou até mesmo in loco, sempre que necessário, sem custos para a Contratante;
- g) A empresa deverá ofertar soluções para casos de urgência ou de contingência em queda de sinal para não deixar toda a estrutura fora de funcionamento por mais de 24 horas;
- h) A garantia da disponibilidade mínima contratada deverá ser de 99% do mês, 24 (vinte e quatro) horas do dia e 7 (sete) dias por semana;
- i) Os defeitos deverão ser solucionados em até 8 (oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte da Contratante.
- j) A contratante não terá qualquer tipo de limitação de utilização do link quanto à quantidade de informação e conteúdo trafegado;

09. Das obrigações da contratante;

- a) Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa executar o serviço dentro das normas deste Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;
- b) Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- c) Aplicar as penalidades cabíveis, previstas neste Termo, garantindo a prévia defesa;
- d) Efetuar o pagamento em até 10 dias após a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- e) Solicitar por escrito, durante o período de execução do objeto, a substituição dos serviços que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a proposta;
- f) Solicitar a licitante vencedora que retire a assine o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da convocação.
- g) Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;
- h) Comunicar à CONTRATADAS quaisquer irregularidades observadas na execução serviço contratado;
- i) Emitir parecer final de recebimento em até 5 dias após a conclusão.

10. Da dotação Orçamentária;

As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações a serem apresentadas pela Contabilidade deste órgão.

11. Das penalidades;

Pela inexecução total ou parcial do Contrato decorrente deste Termo, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) advertência.
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado do Contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão, determinada por ato unilateral e escrito da Contratante.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea “b”.

12. Da vigência do contrato;

O contrato terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contada da data da assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

13. Do foro.

Fica eleito o Foro desta cidade desta cidade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do contrato decorrente do presente instrumento.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Assessoria Jurídica;

Em obediência ao parágrafo único do Art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/93, enviamos o *processo administrativo nº 013/2021* que versa sobre a *Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.* Para exame da minuta do instrumento convocatório e seus anexos, para abertura da fase externa do processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação.

“Art. 38. Parágrafo Único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”

Timbiras-MA, 13 de janeiro de 2021.


- Raimundo Jonas Silva Coelho -
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Dispensa de licitação n. .../2021

Requisitante: Câmara Municipal de Timbiras/*Comissão Permanente de Licitação*

Senhor (a) Signatário (a);

Convidamos você licitante para apresentar sua documentação de habilitação e reapresentar proposta de preço em até 05 (cinco) dias úteis na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada Rua José Antônio Francis, s/n – Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min ou através de e-mail: camaratimbrasoficial@gmail.com. referente ao processo administrativo nº 013/2021, conforme termos que seguem abaixo.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO;

a) A presente licitação tem por objeto a *Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA*, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital, Termo de referências.

b) A quantidade dos produtos/serviços indicada no Termo de Referência é apenas estimativa de consumo e será solicitada de acordo com as necessidades do(s) **Órgão(s) Solicitante(s)**, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;

a) A proposta deverá ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo estar rubricada(s), sua(s) página(s) e a última assinada e datada pelo signatário legal da empresa;

b) A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, contendo obrigatoriamente (conforme declaração em anexo) os seguintes itens:

c) Número da dispensa de licitação, do processo administrativo, nome completo do representante legal da empresa, número do CPF e cargo na empresa;

d) Os seguintes dados da empresa: Razão Social; Endereço; Telefone; Número do CNPJ; Dados bancários – Agência/Conta/Banco e-mail (se houver).



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

- e) Preço unitário de cada item em algarismo arábico e preço total em algarismo arábico e por extenso da proposta, na moeda nacional, já incluídos os custos de frete, encargos fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto licitado;
- f) Prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação;
- g) Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, fica o licitante liberado do compromisso assumido.
- h) Especificação clara do objeto, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, contendo a marca do(s) produto(s) cotado(s).
- h) Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo o licitante se limitar às especificações deste Edital.
- j) Prazo de entrega conforme definido no Anexo I - Termo de Referência;

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO;

Habilitação Jurídica:

I - Cédula de identidade e CPF (ou documento equivalente) do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA.), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão de prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral) emitido há pelo menos 60 (sessenta) dias antes deste certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- b) Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- c) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, do domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- f) Certidão Negativa de débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto ao domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- g) Certificado de Regularidade Fiscal – CRF perante a Caixa Econômica Federal.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- i) Certidão de Débitos Administrativos do MTE (A consulta ao Cadastro será realizada em nome da pessoa jurídica e também de seu sócio majoritário).

Declarações

a) Modelo de declaração de que **não emprega menores de dezoito** anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, nos termos do **Anexo II**.

b) Modelo de proposta. Nos termos do **Anexo III**

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA;

a) As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos oriundos Classificados conforme abaixo especificado:

Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

6. DO CONTRATO;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- a). A contratação do objeto licitado será efetivada mediante contrato, conforme minuta constante no Anexo do edital.
- b). O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade do licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições das especificadas neste Edital e seus Anexos.
- c). O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.
- d). O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a Contratada deixe de cumprir com qualquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.
- e). O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas.

7. DO PAGAMENTO;

- a). O pagamento será feito em favor da contratada, através de depósito bancário na sua conta corrente por intermédio de ordem bancária, emitido pela solicitante do objeto.
- b). A contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal/fatura à solicitante acompanhada da autorização, da certidão negativa de débitos junto à Seguridade Social CND/ INSS e da Certidão de Regularidade do FGTS, Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a: Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa da Dívida Ativa. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos à: ISSQN – Imposto Sobre de Qualquer Natureza; Certidão Negativa de Débitos Fiscais; Certidão Negativa da Dívida Ativa, todas, com validades compatíveis à data de pagamento e com o Documento de Autenticação de Nota Fiscal para Órgãos Públicos – DANFOP.
- c). É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- d). A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela responsável do recebimento do objeto da licitação o qual será designado pela solicitante.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- e) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;

- a) Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base à legislação que se aplica a modalidade em tela, sob a égide da Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente, no que couberem, e demais normas pertinentes à espécie.
- b) Fica assegurado a Câmara o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, à qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- c) A participação nesta licitação implicará na aceitação integral e irrevogável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso.
- d) O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.
- e) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta.
- f) Caso seja necessária interrupção, os autos do processo ficarão sob a guarda da CPL, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
- g) A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação.
- h) Ocorrendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a continuação da contratação ficará condicionada à análise pela solicitante do objeto quando ao procedimento realizado e à documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.
- i) Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca desta cidade excluindo quaisquer outros, por mais privilegiado que seja.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

9. DOS ANEXOS;

- a). Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
- b). Anexo I - Termo de Referência;
 - c). Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - d). Anexo IX – Modelo de proposta;
 - e). Anexo XII – Minuta do Contrato;
 - f). Anexo XIV – Termo de encerramento;

Timbiras – MA, de de 2021

Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO II
DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Para a Comissão Permanente de Licitação/CPL
Câmara Municipal de Timbiras/MA

Ref.: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº .../2021

Prezados Senhores,

_____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____,
sediada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal
Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei
no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

.....(.....), de de 2021

.....
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

01 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DO PROPONENTE:.....REFERENTA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº/21

CNPJ/MF:..... PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/21.

ENDEREÇO:

BAIRRO: _____ CEP: _____ CIDADE/UF: _____

TEL: (____) _____ FAX: (____) _____

DADOS BANCÁRIOS: N.º e NOME DO BANCO, AGÊNCIA, N.º DA CONTA-CORRENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO FAVORECIDO.

CONTATO: _____

02 – Objeto: Contratação de empresa para, de interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, conforme o abaixo especificado:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1					
VALOR TOTAL					

03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

04 - VALIDADE DA PROPOSTA: *minima de 60 (sessenta) dias.*

05 – PRAZO DE EXECUÇÃO:

06 – VALOR UNITÁRIO E TOTAL DA PROPOSTA: (em algarismos e por extenso).

Local e data, de de 2021.

[Carimbo Padronizado do CNPJ da empresa]

Assinatura do Representante legal/Função

Nome:

Cargo:

R.G.:

CPF:

Elaborar a proposta em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Minuta do Contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Órgão Solicitante: Diretoria Administrativa

Contrato N.º ____/2021

Dispensa de Licitação ____/2021

Processo Administrativo nº ____/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE TIMBIRAS, E A EMPRESA:
_____; NA FORMA ABAIXO**

PRELIMINARES;

Por este instrumento particular de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado como **Contratante** a Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, com a sede localizada à Rua José Antônio Francis, s/n, Centro, nesta cidade, CEP: 65.420-000, inscrita no CNPJ n.º 23.662.570/0001-42, representada pelo Excelentíssimo Presidente, Sr. Alexandre Rocha Nascimento, portador do CPF n.º 042.063.303-01 e do RG: 033861502007-2 SSP/MA, e a empresa: (Razão Social): _____ (nome fantasia) _____, situada à _____ n.º ____, bairro _____, _____/_____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pelo seu signatário, Sr; _____, brasileiro, _____, residente e domiciliado no endereço, portador da Cédula de Identidade n.º _____/____ e do CPF n.º _____, a seguir denominado **Contratada**, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordam e justam firmar o presente contrato, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir expressas:

Cláusula Primeira: DO OBJETO DO CONTRATO;

1.1. O presente contrato tem pôr objeto *contratação de empresa para* _____

Cláusula Segunda: DO FUNDAMENTO LEGAL;

b

2.1. Este contrato tem como amparo legal a Dispensa de Licitação n.º ____/2021 sob a égide da Lei 8.666/93, a Lei Complementar 123/2006, e demais normas pertinentes à espécie;

Parágrafo 1º A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira: DO VALOR CONTRATUAL;

3.1. Pelo do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o Valor contrato: mensal de R\$ (.....), totalizando um valor global de R\$ (.....), conforme descrição abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item		und	Qtd	Valor unitário	Valor global
Valor Total do Lote				R\$	

Parágrafo Único: Ao órgão solicitante deste contrato reserva-se ao direito de não adquirir a totalidade dos serviços solicitados.

Cláusula Quarta: DOS RECURSOS FINANCEIROS;

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos classificados conforme abaixo especificado:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cláusula Quinta: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO;

5.1. A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, conforme parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal n. 8666/93, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano.

Cláusula Sexta: DOS SERVIÇOS, LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO;

6.1. Os serviços deverão ser executado, conforme especificados no Termo de Referência, que deu origem ao processo ao presente contrato, sendo que a inobservância das condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A Contratada obriga-se a substituir o objeto que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

6.2. O objeto licitado devera ser fornecido sem ônus para a Contratante

Parágrafo 1º - Os serviços deverão ser realizados de forma imediata, após o recebimento da ordem de serviço em dias úteis, em local e horário obrigatoriamente definido pela mesma ordem.

Parágrafo 2º - No caso de algo superveniente, fortuito ou de força maior e não serem tomadas providencia dentro de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação para a substituição mencionada, a Contratante poderá adotar as medidas que julgar necessárias, por conta e risco da contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Parágrafo 3º - Caso a data solicitação da nova ordem de serviço coincida com dia em que não haja expediente, o mesmo se fará no dia útil imediatamente posterior.

Cláusula Sétima: DO PAGAMENTO;

O pagamento será efetuado pelo **Contratante** no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da solicitação de pagamento pela **Contratada**.

a) Nota Fiscal / Fatura;

b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - INSS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.212/91);

c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.036/90);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

e) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Federal, com validade compatível com a data do pagamento (Lei 2.231/1962 e Lei nº 7.799/2002);

Parágrafo Único - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo Fiscal do Contrato.

Cláusula Oitava: DA RECOMPOSIÇÃO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OBJETO DO CONTRATO;

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

Cláusula Nona: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO;

9.1. Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos serviços recebidos.

O Licitante deverá manter preposto aprovado pela câmara municipal, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto, para representá-la sempre que for necessário.

a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os serviços objeto deste Termo.

b) . Ao fiscal competirá:

c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- d). Fiscalizar a execução dos serviços desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente com o preposto do Licitante, as ocorrências havidas.

Parágrafo Primeiro - O Fiscal para este Contrato será nomeado através de portaria e/ou decreto.

Cláusula Décima: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

Obriga-se, ainda a contratada, sem prejuízo do constante nas solicitações da câmara e da proposta naquilo que não contrariar as disposições deste instrumento:

- a) Prestar os Serviços mantendo todas as condições de qualidade originais;
- b) Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato;
- c) Atender prontamente as Ordens de Serviços, expedindo a competente nota de prestação de serviços;
- d) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por danos resultantes de negligência, imperícia, imprudência ou dolo próprio, bem como dos prejuízos decorrentes da qualidade do Serviço;
- e) Arcar com os tributos, que incidam ou venham incidir sobre o respectivo contrato.

Cláusula Décima-Primeira: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE;

- a) Acompanhar e fiscalizar todos os procedimentos da Contratada, pertinentes à prestação dos serviços do presente Contrato;
- b) Efetuar pagamento em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota de Prestação dos serviços;

Cláusula Décima Segunda: DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS;

- 12.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo;
- 12.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Terceira: DA RESCISÃO DO CONTRATO;

- 13.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

Cláusula Décima Quarta: DAS SANÇÕES E PENALIDADES;

14.1. A contratada quando ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Timbiras, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

14.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Maranhão e no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

14.3. No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

14.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e

14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.4. As sanções previstas nos itens 14.3.1, 14.3.4 e 14.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 14.3.2 e 14.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1131
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

14.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – Comissão, para as providências cabíveis.

14.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas ao edital que deu origem a este contrato;

14.7 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Timbiras.

Cláusula Décima Quinta: DOS CASOS OMISSOS;

15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz das leis que regeram todo o certame licitatório e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Sexta: DO FORO;

16.1. Fica eleito o foro da Comarca desta cidade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Timbiras (MA), ____ de _____ de 2021

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxx
Contratada

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este volume do edital de licitação na modalidade Dispensa de licitação nº ___/2021, possui _____ (_____) folhas, incluindo esta, numericamente ordenadas e rubricadas por minha pessoa.

Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, xx de xxxxxx de 2021.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente da CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 013/2021

Interessado: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Assunto: Parecer/Minuta do Edital/Dispensa de Licitação

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, art. 38, § único; Art. 24, II.

Análise jurídica da minuta do edital Dispensa de Licitação, que tem como objeto Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA, nos termos das legislações pertinentes ao caso concreto.

Senhor(a) Presidente,

Por força da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, vieram a esta assessoria os autos da dispensa de licitação nº 01/2021-Câmara, para fins de análise e parecer.

A Lei de Licitações, em seu art. 38, parágrafo único, prevê que as minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, senão vejamos:

"Art. 38 -

O procedimento da licitação será iniciado com a abertura do processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e no qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI. Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

2. Da escolha da modalidade;

As compras e contratações a serem realizadas pela administração pública ser revestidas de cuidados e adotar procedimentos simplificados, à fim de atender o devido destino dos recursos financeiros, bem como a devida aplicação. Partindo dessa premissa a



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

questão da escolha da modalidade de licitação é o primeiro passo, assim norteia a jurisprudência do TCU;

Identificar a necessidade, motiva-se a contratação, para então, partir-se para verificação da melhor forma de sua prestação. Ou seja, a decisão pela contratação direta, por inexigibilidade ou dispensa é posterior e toda uma etapa preparatória que deve ser a mesma para qualquer caso. A impossibilidade ou a identificação de possibilidade de contratação direta como melhor opção para a administração, só surge após a etapa inicial de estudos. Como regra geral é a licitação, a sua dispensa ou inexigibilidade configuram exceções. Como tal, portanto, não podem ser adotadas antes das pesquisas e estudos que permitam chegar a essa conclusão.

A exigência para o procedimento licitatório está insculpida no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93. Conforme se verifica no presente processo de dispensa de licitação, o valor a ser contratado é inferior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

E nesta situação, o artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 assevera o seguinte:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

.....

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

.....”

Cumpr-se salientar que a alínea “a” do inciso II do artigo anterior mencionado na norma citada imediatamente acima é a modalidade licitatória “carta convite”, cujo valor limite é até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) e portanto, sendo dispensável contratação no valor de 10% (dez por cento) deste valor. Conclui-se portanto que o valor deste processo de dispensa está dentro dos limites legais.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Em relação à minuta do contrato (Anexo) tem-se o Art. 55 da Lei 8.666/93 no qual faremos uma comparação entre os requisitos nos incisos do referido artigo e a minuta apresentada pela CPL, senão veremos;

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

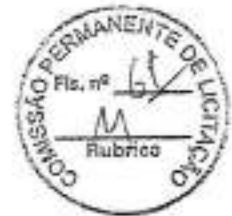
X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a é exigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6o do art. 32 desta Lei.


De outro passo, deve ser verificada também a conformidade expressa no caput do art. 26, combinado com o respectivo parágrafo único, vislumbra-se que a instrução do procedimento de dispensa e inexigibilidade de licitação deve ser elaborada com a justificativa da situação que a ensejou, da escolha do fornecedor e do preço contratado. se estão coerentes com o procedimento aplicado pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Da Conclusão

No caso vertente, após análise da referida dispensa, constatamos que as exigências da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, estão adequados, o que nos leva a opinar pela sua aprovação.

Este é o parecer, *s.m.j.*

Timbiras (MA), 14 de janeiro de 2021.


Advogado; Dr. Glauber Rogers Cantanhede Paiva Frazão
Assessor jurídico da Câmara
OAB/MA N. 13.369



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Dispensa de licitação n. 01/2021

Requisitante: Câmara Municipal de Timbiras/*Comissão Permanente de Licitação*

Razão Social: Caweb Informática Ltda.

CNPJ: 03.417.848/0001-09

ENDEREÇO: Avenida Augusto Teixeira, nº 2638 B, São Sebastião, Codó/MA.

Senhor (a) Signatário (a);

Convidamos você licitante para apresentar sua documentação de habilitação e reapresentar proposta de preço em até 05 (cinco) dias úteis na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada Rua José Antônio Francis, s/n – Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com. referente ao processo administrativo nº 013/2021, conforme termos que seguem abaixo.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO;

a) A presente licitação tem por objeto a *Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA*, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital, Termo de referências.

b) A quantidade dos produtos/serviços indicada no Termo de Referência é apenas estimativa de consumo e será solicitada de acordo com as necessidades do(s) **Órgão(s) Solicitante(s)**, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;

a) A proposta deverá ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo estar rubricada(s), sua(s) página(s) e a última assinada e datada pelo signatário legal da empresa;

b) A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, contendo obrigatoriamente (conforme declaração em anexo) os seguintes itens:

c) Número da dispensa de licitação, do processo administrativo, nome completo do representante legal da empresa, número do CPF e cargo na empresa;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- d) Os seguintes dados da empresa: Razão Social; Endereço; Telefone; Número do CNPJ; Dados bancários – Agência/Conta/Banco e-mail (se houver).
- e) Preço unitário de cada item em algarismo arábico e preço total em algarismo arábico e por extenso da proposta, na moeda nacional, já incluídos os custos de frete, encargos fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto licitado;
- i) Prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação;
- j) Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, fica o licitante liberado do compromisso assumido.
- h) Especificação clara do objeto, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, contendo a marca do(s) produto(s) cotado(s).
- k) Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo o licitante se limitar às especificações deste Edital.
- k) Prazo de entrega conforme definido no Anexo I - Termo de Referência;

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO;

Habilitação Jurídica:

I – Cédula de identidade e CPF (ou documento equivalente) do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA.), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- a) Certidão de prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral) emitido há pelo menos 60 (sessenta) dias antes deste certame.
- b) Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- c) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, do domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- f) Certidão Negativa de débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto ao domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- g) Certificado de Regularidade Fiscal – CRF perante a Caixa Econômica Federal.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- i) Certidão de Débitos Administrativos do MTE (A consulta ao Cadastro será realizada em nome da pessoa jurídica e também de seu sócio majoritário).

Declarações

- a) Modelo de declaração de que **não emprega menores de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, nos termos do **Anexo II**.
- b) Modelo de proposta. Nos termos do **Anexo III**
5. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA;**
- b) As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos oriundos Classificados conforme abaixo especificado:

Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

6. DO CONTRATO;

- a). A contratação do objeto licitado será efetivada mediante contrato, conforme minuta constante no Anexo do edital.
- b). O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade do licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições das especificadas neste Edital e seus Anexos.
- c). O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.
- d). O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a Contratada deixe de cumprir com qualquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.
- e). O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas.

7. DO PAGAMENTO;

- a). O pagamento será feito em favor da contratada, através de depósito bancário na sua conta corrente por intermédio de ordem bancária, emitido pela solicitante do objeto.
- b). A contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal/fatura à solicitante acompanhada da autorização, da certidão negativa de débitos junto à Seguridade Social CND/ INSS e da Certidão de Regularidade do FGTS, Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a: Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa da Dívida Ativa. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos à: ISSQN – Imposto Sobre de Qualquer Natureza; Certidão Negativa de Débitos Fiscais; Certidão Negativa da Dívida Ativa, todas, com validades compatíveis à data de pagamento e com o Documento de Autenticação de Nota Fiscal para Órgãos Públicos – DANFOP.
- c). É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- d). A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela responsável do recebimento do objeto da licitação o qual será designado pela solicitante.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- e) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada.
8. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**
- a) Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base à legislação que se aplica a modalidade em tela, sob a égide da Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente, no que couberem, e demais normas pertinentes à espécie.
- b) Fica assegurado a Câmara o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- c) A participação nesta licitação implicará na aceitação integral e irrevogável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso.
- d) O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.
- e) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta.
- f) Caso seja necessária interrupção, os autos do processo ficarão sob a guarda da CPL, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
- g) A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação.
- h) Ocorrendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a continuação da contratação ficará condicionada à análise pela solicitante do objeto quando ao procedimento realizado e à documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.
- i) Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca desta cidade excluindo quaisquer outros, por mais privilegiado que seja.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.862.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

9. DOS ANEXOS;

- a). Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
- b). Anexo I - Termo de Referência;
 - c). Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - d). Anexo IX – Modelo de proposta;
 - e). Anexo XII – Minuta do Contrato;
 - f). Anexo XIV – Termo de encerramento;

Timbiras – MA, de de 2021

Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.862.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO II
DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Para a Comissão Permanente de Licitação/CPL
Câmara Municipal de Timbiras/MA

Ref.: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº .../2021

Prezados Senhores,

_____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____,
sediada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal
Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei
no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

.....(.....), de de 2021

.....
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

01 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DO PROPONENTE:.....REFERENTA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº/21

CNPJ/MF:..... PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/21.

ENDEREÇO:

BAIRRO: _____ CEP: _____ CIDADE/UF: _____

TEL: (____) _____ FAX: (____) _____

DADOS BANCÁRIOS: N.º e NOME DO BANCO, AGÊNCIA, N.º DA CONTA-CORRENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO FAVORECIDO.

CONTATO: _____

02 – Objeto: Contratação de empresa para, de interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, conforme o abaixo especificado:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1					
VALOR TOTAL					

03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

04 - VALIDADE DA PROPOSTA: *minima de 60 (sessenta) dias.*

05 – PRAZO DE EXECUÇÃO:

06 – VALOR UNITÁRIO E TOTAL DA PROPOSTA: (em algarismos e por extenso).

Local e data, de de 2021.

[Carimbo Padronizado do CNPJ da empresa]

Assinatura do Representante legal/Função

Nome:
Cargo:
RG.:
CPF:

Elaborar a proposta em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este volume do edital de licitação na modalidade Dispensa de licitação nº ___/2021, possui _____ (_____) folhas, incluindo esta, numericamente ordenadas e rubricadas por minha pessoa.

Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS,
Estado do Maranhão, xx de xxxxxx de 20...



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Documentação de habilitação

CAWEB INFORMATICA LTDA
INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
CNPJ: 03.417.848/0001-09
ADITIVO SOCIAL Nº 18



SULIMARI SILVA SOARES, brasileira, natural de Brasília - Distrito Federal, solteira, nascida em 20 de novembro de 1981, empresária, inscrita no RG sob nº 2.093.334 SSP/PI e inscrita no CPF sob nº 659.766.733-68, residente e domiciliado na Rua Orquídeas, nº 1.110, Edifício Mozart, Apto 702, bairro Jôquei Club, CEP: 64.048-152, na cidade de Teresina, estado do Piauí.

HAYANNA BORGES SANTOS, brasileira, natural de Codó - Maranhão, solteira, nascida em 22 de novembro de 1985, empresária, inscrita no RG sob nº 3.616.320 SSP/PI e inscrita no CPF sob nº 625.910.293-34, residente e domiciliado na Rua Orquídeas, nº 1.110, Edifício Mozart, Apto 702, bairro Jôquei Club, CEP: 64.048-152, na cidade de Teresina, estado do Piauí.

Únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada CAWEB INFORMATICA LTDA, com sede na Avenida Augusto Teixeira, nº 2638, complemento B, Bairro São Sebastião, CEP: 65.400-000, na cidade de Codó, Estado do Maranhão, inscrito no CNPJ sob nº 03.417.848/0001-09, conforme contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA sob nº 21200464661, resolvem de pleno e comum acordo, alterar as disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto:

Pelo presente instrumento, resolvem os sócios, reformular o contrato social, em cumprimento ao disposto no Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, conferindo assim nova redação às cláusulas contratuais, passando o Contrato Social Consolidado a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA I - NOME EMPRESARIAL

A sociedade gira sob a Denominação Social de CAWEB INFORMATICA LTDA;

CLÁUSULA II - SEDE

A sociedade tem sua sede social na Avenida Augusto Teixeira, nº 2638, complemento B, Bairro São Sebastião, CEP: 65.400-000, na cidade de Codó, Estado do Maranhão;

CLÁUSULA III - OBJETIVO SOCIAL

A Sociedade tem como objetivo social: Serviços de comunicação multimídia – SCM; Provedores de acesso às redes de comunicações; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.

e desenvolverá as seguintes atividades:

6110-8/03 - Serviços de comunicação multimídia – SCM

6190-6/01 - Provedores de acesso às redes de comunicações

6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação

6311-9/00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet

6319-4/00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

Parágrafo Único: O objetivo social da empresa poderá ser alterado, mediante a realização do instrumento de aditivo contratual, a fim de abranger as atividades principais ou correlatas objeto de exploração, fabricação ou comercialização.

CLÁUSULA IV - DURAÇÃO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES

A sociedade iniciou as suas atividades em 09 de setembro de 1999 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CAWEB INFORMÁTICA LTDA
INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
CNPJ: 03.417.848/0001-09
ADITIVO SOCIAL Nº 18

Página



CLÁUSULA V - CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 60.000 (sessenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um real) cada uma, realizado neste ato em moeda corrente do País, totalmente integralizadas pelos sócios, da seguinte forma:

NOME	Nº QUOTAS	%	VALOR
SULIMARI SILVA SOARES	19.800	33	19.800,00
HAYANNA BORGES SANTOS	40.200	67	40.200,00
TOTAIS	60.000	100	60.000,00

CLÁUSULA VI - INDIVISIBILIDADE DAS QUOTAS

As quotas são indivisíveis e poderão ser cedidas aos demais sócios, total ou parcialmente, independentemente da anuência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de 1/4 (um quarto) do capital social, obedecendo ao disposto dos artigos 1.056 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA VII - RESPONSABILIDADE

Atendendo ao que dispõe a Lei 10.406/02, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas e está limitada à importância total do capital social, respondendo todos solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 1º - As quotas de capital desta sociedade são impenhoráveis, incomunicáveis e inalienáveis, no principal e quanto aos frutos e rendimentos de qualquer natureza, facultando aos sócios a direito de deduzir defesa cabível contra a entrada de novo sócio que não goze de confiança de todos.

Parágrafo 2º - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o artigo 1.054 c/c o artigo 997, VIII, do Código Civil, Lei 10.406/2002.

Parágrafo 3º - Nos moldes dos artigos 1.081 e seguintes do Código Civil o valor do capital social da SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA - CAWEB INFORMÁTICA LTDA, poderá ser aumentado ou diminuído, mediante a correspondente alteração do contrato, devidamente arquivada na forma da Lei.

Parágrafo 4º - Não integralizada a quota de sócio remisso, os outros sócios podem, sem prejuízo do disposto do art. 1.004 e parágrafo único, tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, na forma descrita do artigo 1.058 do Código Civil.

Parágrafo 5º - Os sócios não poderão integrar sociedades que desenvolvam objeto idêntico ou similar ao desta sociedade, sob pena de exclusão da sociedade.

CLÁUSULA VIII - A empresa tem duas filiais, distribuídas assim:

1. Uma Filial com NIRE nº 21900334948 inscrita no CNPJ sob nº 03.417.848/0005-32 na Avenida 1º de Maio, nº 3190, bairro São Sebastião, CEP: 65.400-000, na cidade de Codó, Estado do Maranhão, com capital social de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destacado do capital da Matriz, com início das atividades na data do arquivamento desse ato, com o objetivo social de: Serviços de comunicação multimídia - SCM; Provedores de acesso às redes de comunicações; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.
2. Uma Filial com NIRE nº 21900334930 inscrita no CNPJ sob nº 03.417.848/0006-13 na Praça Cícero Ribeiro, SN, bairro centro, CEP: 65.420-000, na cidade de Timbiras, Estado do Maranhão, com capital social de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destacado do capital da Matriz.



com início das atividades na data do arquivamento desse ato, com o objetivo social de: Serviços de comunicação multimídia – SCM; Provedores de acesso às redes de comunicações; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.

CLÁUSULA IX - DA ABERTURA DE FILIAL

A sociedade poderá abrir ou fechar outras filiais neste Estado ou em qualquer território nacional, destacado para estas uma parte do capital social da matriz.

CLÁUSULA X - ADMINISTRAÇÃO

A Administração da sociedade é exercida pelas sócias SULIMARI SILVA SOARES e HAYANNA BORGES SANTOS, que assinará isoladamente, nos termos do § 1, do art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de todos os sócios.

Parágrafo único - Nos termos do art. 1063, § 1º, do Código Civil, os administradores somente poderão ser destituídos mediante anuência de todos os sócios.

CLÁUSULA XI - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Nos termos do art. 1076, III, do Código Civil, as deliberações serão tomadas por unanimidade dos sócios votantes, devidamente convocados para reunião ou assembleia e com a devida indicação da pauta de deliberação no ato de convocação.

CLÁUSULA XII - RETIRADA - PRÓ LABORE

Os sócios no exercício da administração da sociedade terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, ajustada anualmente em comum acordo, dentro do limite estabelecido pela legislação do imposto de renda.

Parágrafo único - A critério dos sócios e no atendimento da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinado à formação de reservas de lucros, no critério estabelecido pela Lei nº 6.404/76, devendo ser obedecida à regra constante do artigo 1.059 do Código Civil.

CLÁUSULA XIII - EXERCÍCIO SOCIAL

Todo dia 31 de dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do balanço do exercício.

CLÁUSULA XIV - RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo 1º - A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo 2º - Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.



CLÁUSULA XV - FALECIMENTO, INTERDIÇÃO OU IMPEDIMENTO DE SÓCIO

No caso de falecimento, interdição ou impedimento de qualquer um dos sócios, a sociedade não será dissolvida.

Parágrafo 1º - Na hipótese de falecimento, poderão ser admitidos na sociedade os herdeiros de acordo com a partilha homologada no inventário.

Parágrafo 2º - Os herdeiros poderão optar pela liquidação das quotas de capital e sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, levantados em Balanço Patrimonial Específico, observando o comunicado por escrito de exercício de preferência dos demais sócios para se manifestarem no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º - Para pagamento dos herdeiros e demais casos, será feito um Balanço Patrimonial Específico, apurando os haveres do sócio, que serão pagos, a quem de direito, em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo IGP-M mais juros de 12% ao ano; vencendo-se a primeira no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da conclusão do balanço, que deverá ser concluído no prazo máximo de até 90 (noventa) dias.

Parágrafo 4º - O sócio falecido ou interdito será representado na sociedade pelo inventariante designado pelo juízo do inventário, ou representante, designado pela Curatela, que deverá comprovar o fato perante a sociedade por meio de ofício ou alvará expedido pelo respectivo juízo.

Parágrafo 5º - Em caso de falecimento do sócio, uma vez recebida às quotas pelos herdeiros, ficam estes facultados a optar pela cessão de suas quotas, ou a permanecer na sociedade, sujeitando-se, entretanto, para admissão de qualquer destes na administração, a deliberação mediante reunião dos sócios remanescentes, com quórum mínimo de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo 6º - Para o caso de interdição de sócio, caberá aos sócios remanescentes deliberar sobre a admissão ou não do representante legal na administração da sociedade, exigindo-se quórum mínimo de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo 7º - Nos casos de impedimento do sócio será facultado ao sócio impedido apresentar sua justificativa, perante os sócios remanescentes, sobre os motivos do impedimento, que decidirão em reunião, deliberando por maioria absoluta do capital social, pela exclusão e o destino das quotas do sócio impedido, bem como, em caso de exclusão do sócio, por justo motivo, a sociedade poderá exercer o direito de retenção dos haveres do sócio impedido, até a apuração dos prejuízos provocados pelo impedimento, compensando-se no pagamento das quotas o prejuízo devidamente comprovado, havido pelo motivo do impedimento.

Parágrafo 8º - No caso de falecimento ou interdição, de um dos sócios a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistido interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data resolução verificada em levantamento especial balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA XVI - DA DISSOLUÇÃO

No caso de um dos sócios desejarem retirar-se da sociedade, deverá notificar o outro, por escrito, na forma prevista no artigo 1.029 do Código Civil, e seus haveres lhe serão reembolsados na modalidade descrita na cláusula XII.

Parágrafo único - Nos moldes do artigo 1.087 do Código Civil, a sociedade se dissolve de pleno direito, por qualquer das causas previstas do artigo 1.044 da Lei nº. 10.406/2002.

CLÁUSULA XVII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CAWEB INFORMÁTICA LTDA
INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
CNPJ: 03.417.848/0001-09
ADITIVO SOCIAL Nº 18

Página 5



CLÁUSULA XVIII - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Codó - MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o em uma via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Codó - MA, 18 de dezembro de 2020

SULIMARI SILVA SOARES
Sócia/Administradora

HAYANNA BORGES SANTOS
Sócia/Administradora



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CAWEB INFORMATICA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
62591029334	HAYANNA BORGES SANTOS
65976673368	SULIMARI SILVA SOARES

JUCEMA

CERTIFICADO O REGISTRO EM 18/12/2020 17:39 SOB Nº 20201193463.
PROTOCOLO: 291183463 DE 18/12/2020.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12006362436. CNPJ DA SEDE: 03417848000109.
NIRE: 01200464461. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/12/2020.
CAWEB INFORMATICA LTDA

LÍLIAN THERESA RODRIGUES MENDONÇA
SECRETÁRIA-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se registrado, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/12/2020 às 09:50) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 03.417.848/0001-09.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento de inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5FC8.DEFE.3D51.E806 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_admv/autenticar_certidao.php



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CAWEB INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
 CNPJ: 03.417.848/0001-09
 Certidão nº: 31919308/2020
 Expedição: 03/12/2020, às 09:47:42
 Validade: 31/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CAWEB INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.417.848/0001-09, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Assinaturas manuscritas em azul]

[Assinatura manuscrita em azul]



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 023093063-50

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.417.848/0001-09**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 02/04/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

Nome: **KAYANNA BORGES SANTOS**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA: **811049973 SSP MA**

UF: **625.910.293-34** DATA NASCIMENTO: **22/11/1985**

RELAÇÃO: **CARLOS ALBERTO DE LIDA SANTOS
MARIA DAS GRACAS OLIVEIRA BORGES SANTOS**

PERMISSÃO: **[REDACTED]** ACC: **[REDACTED]** CATEGORIA: **D**

Nº REGISTRO: **03242010424** VALEZ: **17/12/2019** F. HABILITACAO: **31/03/2004**

OPERAÇÕES: **A**

Assinatura do Portador: *Kayanna Borges Santos*

LOCAL: **TERESINA** DATA DE EMISSAO: **11/07/2016**

Assinatura do Emissor: *[Signature]* Nº: **11630944668**
19317444255

DETRAN-PI (PJADI)

1294230832

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Faint stamp]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CAWEB INFORMATICA LTDA
CNPJ: 03.417.848/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:00:55 do dia 07/01/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/07/2021.
Código de controle da certidão: **B5FC.D7CA.04EA.CF2E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.417.848/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/09/1999
NOME EMPRESARIAL CAWEB INFORMATICA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CAWEB	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações (Dispensada *) 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (Dispensada *) 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (Dispensada *) 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 208-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV AUGUSTO TEIXEIRA	NÚMERO 2638	COMPLEMENTO B
CEP 65.400-000	BARRIO/DISTRITO SAO SEBASTIAO	MUNICÍPIO CODO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF MA
TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/10/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/01/2021 às 15:35:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 062190/20

Data da

03/12/2020 08:49:41

Inscrição Estadual: 121725162

CPF/CNPJ:03417848000109

Razão Social: CAWEB INFORMATICA LTDA

Endereço: AVE AUGUSTO TEIXEIRA, 2638 B CEP: 65400000

Telefone: (99)36617049

Município: CODO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 02/04/2021.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.417.848/0001-09
Razão Social: CAWEB INFORMATICA LTDA
Endereço: AV AUGUSTO TEIXEIRA 2638 B / SAO SEBASTIAO / CODO / MA / 65400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/01/2021 a 05/02/2021

Certificação Número: 2021010701434951610963

Informação obtida em 17/01/2021 15:37:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Secretaria de Trabalho
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho

CERTIDÃO DE DÉBITOS
NEGATIVA

EMPREGADOR: CAWEB INFORMATICA LTDA (CAWEB)

CNPJ: 03.417.848/0001-09

DATA E HORA DA EMISSÃO: 17/01/2021, às 16h38

CERTIFICA-SE, de acordo com às informações registradas no sistema CPMR - Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 5º único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.mte.gov.br/certidao/infracoes/debitos> utilizando o código 3ujM4Ry.
5. Expedida com base na Portaria MTE nº 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Secretaria de Trabalho
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho

CERTIDÃO DE DÉBITOS
NEGATIVA

EMPREGADOR: HAYANNA BORGES SANTOS

CPF: 625.910.293-34

DATA E HORA DA EMISSÃO: 17/01/2021, às 16h39

CERTIFICA-SE, de acordo com às informações registradas no sistema CPMR - Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 5º único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitante, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.mte.gov.br/certidao/infracoes/debitos> utilizando o código 3ujMBw9.
5. Expedida com base na Portaria MTE nº 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Proposta de preços



PROPOSTA DE PREÇO

A Câmara Municipal de Timbiras

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

DESCRIÇÃO:			
Objeto:	Qnt:	P.Unit:	P. Total:
Internet	11	1.090	11.990,00

Codó-MA, 18 de Janeiro de 2021.

Hayanna Borges Santos
Caweb Informática Ltda.
Contratada



**DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A empresa Caweb Informática Ltda, CNPJ 03.417.848/0001-09, sediada na Avenida Augusto Teixeira, n. 2638B, bairro São Sebastião, CEP: 65.400-000, Codó/MA, por intermédio de seu representante legal a Srª. Hayanna Borges Santos, brasileira, empresária, solteira, portador do CPF: 625.910.293-34 e do RG: 3.616.320 SSP/P, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Codó-MA, 18 de Janeiro de 2021.

Hayanna Borges Santos
Hayanna Borges Santos
Caweb Informática Ltda.
Contratada



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

RELATÓRIO CONCLUSIVO DA LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 013/2021

Órgão Solicitante: Diretoria Administrativa

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação

Destinatário: Ao Gabinete da Presidência

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO **PREÇO E ESCOLHA**

I – DA NECESSIDADE DO OBJETO;

A Comissão Permanente de licitação da Câmara Municipal de Timbiras/MA doravante denominada comissão, apresenta a V. Ex^ª. o relatório referente à dispensa de licitação (DL) nº 01/2021 com fundamento no art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores. Trata-se os presentes autos de procedimento, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.**

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO;

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI Decisão nº 678/95-TCU-Plenário - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços,



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a licitação:

*...
Decreto 9.412/18 de 18/06/2018*

"Contratações por meio de dispensa de licitação, os valores máximos e R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) do II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO;

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço;

IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. *“Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.”* - Manual TCU.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbrás - Maranhão

à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra *Contratação Direta sem Licitação*, páginas 154/159, 5ª edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas da União, de que: "O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada *Licitações e Contratos – Orientações Básicas*, Brasília:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 – Segunda Casa Legislativa.

"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmo, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 – Primeira Casa Legislativa.

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços, tendo o licitante: **CAWEB INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 03.417.848/0001-09**, apresentado preços que estão compatíveis com a realidade do mercado, em se tratando de produto similar, podendo a Administração pública adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

A aquisição disponibilizado pelo licitante supracitado é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação ao tipo de licitação adotado.

V – DA COTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PREÇO;

Pelo critério de julgamento utilizado para o certame, *menor valor global* deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

“adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93” (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário. Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28.12.95, pág. 22.603).

“Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...).” Acórdão 1705/2003 Plenário.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a dispensa de licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 113-1
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço ou o fornecimento àquele que possuir o menor preço, faz-se a habilitação jurídica, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, IV e V.

VI – DA ESCOLHA;

O licitante escolhido neste processo para sacramentar a contratação dos serviços/produtos pretendidos, será:

- (Razão Social) Hayanna Borges Santos-ME CNPJ: 03.417.848/0001-09 – Avenida Augusto Teixeira, nº 2638 B, São Sebastião, Codó/MA. R\$ 1090,00 (hum mil e noventa reais) valor mensal, totalizando R\$ 11.990,00 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais) valor global.

VII – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL;

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93.

Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

“Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990), Acórdão 260/2002 Plenário.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Resta deixar consignado que o licitante demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.

VIII - FONTE DE RECURSO;

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados, classificada conforme abaixo especificado: *Poder Legislativo: 00 – Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*

IX – DO CONTRATO – MINUTA;

Visando instruir a dispensa de licitação do processo administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta Comissão juntou aos autos o contrato – minuta, cujos fundamentos jurídicos foram analisados conforme parecer jurídico em anexo.


X – CONCLUSÃO.

Sendo assim, esta comissão entende que o procedimento se operou dentro dos ditames legais e que esteja presente o interesse da administração pública em realizar a contratação. Se favorável que se digne a **Ratificar** a decisão emanada que julgou pela dispensabilidade de licitação, ante à criteriosa análise pela assessoria jurídica desta Casa Legislativa, de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento, e logo em seguida à **Homologação** do objeto. Logo essa decisão é discricionária optar ou não pela contratação, cabendo ao Sr. Presidente fazer um juízo de conveniência e oportunidade e julgar oportuno a continuidade deste pleito administrativo.

É o Parecer desta Comissão, *s.m.j.*

Timbiras/MA, 18 de janeiro de 2021


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL


Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira
Membro/CPL


Max Vinicius Cantanhede
Membro/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Assessoria Jurídica;

Em obediência ao Art. 38 inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93, encaminho o **processo administrativo nº 013/2021** que versa sobre **Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.** Para análise das peças que em consonância com os documentos integrantes nos autos de todo o processo licitatório, deram origem ao processo em epígrafe, enviamos para elaboração do parecer conclusivo.

"Art. 38: procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente."

"(...)"

"VI - Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;"

Timbiras-MA, 18 de janeiro de 2021.


- Raimundo Jonas Silva Coelho-
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

PARECER DE REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Processo Administrativo: nº 013/2021;

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação;

Parecer: Dispensa de Licitação nº. 01/2021.
PARECER DE REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Inobstante a regularidade apontada, o certame merece, no que tange ao plano da legalidade, homologação por parte da autoridade competente, à quem caberá ainda deliberar acerca da conveniência da licitação.

Trata-se da solicitação da Comissão Permanente de Licitação/CPL da Câmara Municipal de Timbiras/MA, objetivando a **Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.**

Preliminares

O presente parecer vem dar cumprimento ao que dispõem os artigos 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta assessoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo de realização de despesas e na avaliação prévia das implicações legais à qual está submetido esta contratante, dar a assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em auditoria própria.

Insto posto ratificamos a orientação de que, em havendo dúvida sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser a consulta encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do procedimento da dispensa de licitação em epígrafe nos autos encaminhados pela CPL.

A utilização de licitação para realização de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações pela administração Pública figura como mandamento constitucional expresso no art. 37, XXI, da Constituição Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

configurando-se como instituto indispensável à efetivação, em especial dos princípios da Moralidade, Impessoalidade e eficiência da atividade estatal.

Sua regulamentação no ordenamento jurídico é feita por meio da Lei nº 8.666/93, que estabelece, detalhadamente, com os procedimentos a ela inerentes, bem como ao contrato administrativo que lhe é consequente.

Conquanto, a referida norma prevê exceções à aplicação de alguns de seus institutos por entender que, em tais casos, seriam esses prejudiciais ao próprio interesse público. Estão tais hipóteses especialmente elencadas nos seus art. 24 e 25 (condições de dispensa e inexigibilidade de licitação).

Cumprir registrar, que o tema merece total cautela da Administração Pública, por se tratar de circunstância extremamente excepcional, passível, quando aplicada incorretamente, de severa punição pela legislação pátria, v.g., art. 89 e ss. Da lei 8.666/93.

Em decorrência disso, tomamos como parâmetros os abalozamentos feitos pelo Egrégio Tribunal de Contas da União que, com preciosidade, delimita a aplicação da dispensa e da inexigibilidade de Licitação.

13. Acerca da obrigatoriedade de licitar, trago à colação algumas considerações de minha lavra veiculadas no Voto condutor do Acórdão n. 146/2007 -1ª Câmara:

"23. É de se destacar que, por definição, licitação é o procedimento administrativo mediante o qual os órgãos públicos e entidades selecionam a proposta mais vantajosa para a avença de seu interesse". Nesse contexto, surge um princípio basilar ao direito administrativo, qual seja, o da indispensabilidade da licitação para se adquirir, alienar ou locar bens, contratar a execução de obras ou serviços, que tem assento constitucional (art. 37, inciso XXI, da Carta Política) e infraconstitucional (art. 2º da Lei n. 8.666/1993 para administração pública e art. 2º do RLC para o Sesc).

"24. Essa demanda decorre de princípios também inculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, legalidade, impessoalidade, Moralidade, publicidade e eficiência, além de outros elencados pela doutrina para a licitação. É dizer: a



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

regra estatuída na Constituição Federal é a da obrigatoriedade de licitar, já as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de certame devem ser interpretadas como exceções.” (grifos acrescidos).

(TCU. Primeira Câmara. ReL Ministro Marcos Bemquerer Costa. Ac. Nº.0932-09/08-1. Sessão: 01/04/08. DOU de 10.04.08)

A análise dessas normas supracitadas, percebemos que o caso em apreço encaixa-se na hipótese descrita no art. 24, II do referido diploma legal. Vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...) II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Devemos leva em consideração a edição da Medida Provisória (MP) 961/2020, a qual atualizou os valores das modalidades de licitação, durante o período que perdurar o Estado de Calamidade Pública em nosso país.

Assim sendo, os valores das modalidades de licitação definidos na Lei 8.666/93 atualizados Decreto 9.412/2018, não serão aplicados durante o período de vigência da calamidade pública.

As referências, durante esse período, serão de 100 mil e 50 mil, para obras e serviços de engenharia e compras e demais serviços, respectivamente.

Dessa forma, uma vez que a proposta apresentada como mais vantajosa é igual a tal valor, facilmente verifica-se estar ela perfeitamente enquadrada ao caso, sendo autorizável, portanto, a contratação direta pela Administração Pública.

Há de se observar, contudo, que, mesmo não contratando por meio de licitação, deve o ente público ater-se a certa cautela no critério de escolha do particular a ser contratado, a fim de garantir o respeito aos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

Corroborando a esse entendimento, temos os ensinamentos de Marçal Justen Filho, transcritos a seguir:

O administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar (ainda nesses casos) a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Portanto, a contratação direta não significa eliminação de dois postulados consagrados a propósito da licitação. O primeiro é a existência de um procedimento administrativo. O segundo é a vinculação estatal à realização de suas funções. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11 ed. São Paulo: Dialético, 2005, p. 228).

Sendo assim, apesar de dispensa ou inexigibilidade de licitação, deve o ente administrativo, para a realização da contratação, se pautar nas demais regras da própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Por esses motivos, imprescindíveis ao caso a observância de certos requisitos formais necessários à regência de qualquer contrato administrativo, em especial no que tange à justificativa e à autorização ou decisão expressa da dispensa ou inexigibilidade (art.26), à habilitação jurídica (art. 28), à regularidade fiscal (art. 29) e, quando o caso assim necessitar, às qualificações técnica e econômico-financeira (arts. 30, 31) da contratante, além da estipulação determinadas cláusulas obrigatórias (art. 55).

A respeito, entende o colendo TCU ser imperioso à Administração:

“(…) as exigir em todas as contratações, inclusive nas realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, a comprovação de regularidade fiscal do contratado, observando que a condição deverá ser mantida durante toda a execução do contrato e comprovada a cada pagamento efetuado”. (TCU. Segunda Câmara, Processo nº TC- 015.575/2007-2. Relator: André Luís de Carvalho. AC. nº. 3325-32/08-2. Sessão: 09/09/2008. DOU de 11/09/08).

(…) as justificativas para a inexigibilidade e dispensa de licitação devem estar circunstancialmente motivadas, com a clara demonstração de ser a opção escolhida, em termos técnicos e econômicos, a mais vantajosa para a administração, consoante determina o art. 26. Parágrafo único da Lei 8.666/93.

Ressalta-se, todavia, que, estando o valor da contratação abarcando nas hipóteses do art. 24, I e II da mencionada Lei, resta dispensada a observância dos requisitos do art. 26, como podemos depreender da sua redação, ver bis:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluindo pela Lei nº. 9.648, de 1998).

Das peças encontradas no devido processo legal;

De início, em análise ao processo em vista, verificou-se que para a abertura do procedimento foi apresentado:

Solicitação de despesa com justificativa através de termos de referência e memorando com a relação do objeto requerido pelo solicitante;

- O procedimento da licitação foi iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

numerado, contendo a autorização respectiva, e a indicação sucinta e clara de seu objeto;

- Cotação de Preços (três cotações);
- Indicação da existência da previsão orçamentária face à despesa estimada;
- Ato de nomeação da CPL;
- Foram constatados os termos de autuação e autorização da autoridade competente;
- Minuta do edita de convocação e seus anexos;
- Parecer Jurídico.
- A proposta foi devidamente reapresentada;
- Documentação de habilitação;
- Acompanhamento do relatório conclusivo da licitação;

Foi consagrada vencedora a empresa: Caweb Informática Ltda. CNPJ nº 03.417.848/0001-09.

Nesse diapasão, observa-se que a minuta do contrato em tela contém as cláusulas necessárias para a formação do instrumento público contratual, conforme prescreve as normas estabelecidos da Lei Federal.

É importante destacar acerca de não se fracionar licitação para fugir à modalidade superior. Importante assim focar em maior detalhe esse expediente,



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

utilizado, infelizmente com certa frequência, para viabilizar dispensas indevidas ou seja, a dissimulação de despesas de vulto superior ao limite, mediante o fracionamento de notas fiscais. Segundo orientação do TCU, caracteriza-se tal patologia “quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa, ou para efetuar contratação direta”.

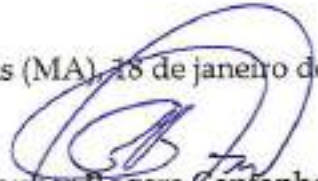
Entretanto, não há informação quanto ao eventual fracionamento de despesa no caso, o que deverá constar nos autos por informação da Diretoria Financeira ou Contabilidade, a fim de verificar se de fato é possível a contratação direta na hipótese.

4. Considerações Finais;

Revestindo de todas as formalidades legais nas fases do certame, opina-se pela *ratificação, adjudicação* e posterior *homologação*, nos termos dos art. 38 VII e 43, Inciso VI, estando a empresa apta a gerar despesas com esta Casa Legislativa.

Este é o parecer, *s.m.j.*

Timbiras (MA), 18 de janeiro de 2021


Advogado; Dr. Glauber Rogers Cantanhede Paiva Frazão
Assessor jurídico da Câmara
OAB/MA N. 13.369



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO

Considerando o inteiro teor do processo licitatório que deu origem à Dispensa de Licitação 01/2021, do tipo menor preço (global).

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal, com amparo no art. 43, inciso VII da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, em consonância com os documentos integrantes nos autos de todo o processo licitatório, em face da ausência de recursos, resolve **Adjudicar** em conformidade com o especificado abaixo:

Adjudicatário: Caweb Informática Ltda. CNPJ: 03.417.848/0001-09;

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA;


Itens Adjudicados: Todos;


Valor contratado: R\$ 1.090,00 (hum mil e noventa reais) valor mensal, totalizando R\$ 11.990,00 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais).

Faça saber desta decisão ao **Gabinete da Presidência**, após análise e de acordo com a Lei federal nº 8.666/93, Artigo 43, Inciso VI, proceda à Homologação do presente processo e demais providências de sua competência para continuidade do pleito administrativo.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras– MA, em 20 de janeiro de 2021


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente da CPL


Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira
Membro/CPL


Max Vinicius Cantanhede
Membro/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE RATIFICAÇÃO
Dispensa nº 01/2021

Considerando os autos do processo, em consonância com os documentos integrantes para fins do disposto no Art. 26 do estatuto das licitações e contratos, **Ratifico** a dispensabilidade de licitação que versa sobre a Contratação de empresa para os serviços de consultoria e assessoria em licitações, compras e contratos administrativos no interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, para contratar o licitante: Cicero Falcão de Oliveira-ME CNPJ nº 03.417.848/0001-09. Para a prestação dos serviços no valor de **RS 1.090,00 (hum mil e noventa reais) valor mensal, totalizando RS 11.990,00 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais) valor global**, tudo conforme com base legal do Art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

Publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme legislação vigente *c/c* Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93, parágrafo único do Art. 61 da mesma lei *c/c* o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 para fins de eficácia desta **RATIFICAÇÃO**.

"Art. 26... deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos:"

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras, em 21/01/2021

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

Aprovo e homologo o resultado da Dispensa de Licitação n.º 01/2021, em conformidade com o especificado abaixo:

ADJUDICATÁRIO: Caweb Informática Ltda. CNPJ: 03.417.848/0001-09;

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA;

VALOR CONTRATADO; R\$ 1.090,00 (hum mil e noventa reais) valor mensal, totalizando R\$ 11.990,00 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais) valor global;

AMPARO LEGAL; Art. 43 Inciso VI da Lei 8.666/93, Parecer da Assessoria Jurídica e Relatório da Comissão Permanente de Licitação;

DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS;

As despesas decorrentes para execução da presente licitação e futuro contrato estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual está contida no orçamento Geral da Câmara Municipal de Timbiras, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho.

Dê-se ciência desta decisão ao(s) interessado(s), providenciem a celebração do contrato, e o empenho das despesas às dotações do orçamento vigente, publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme o Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e com o Art. 61 da lei 8.666/93 para fins de eficácia desta **HOMOLOGAÇÃO**.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras, em 26/01/2021

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.862.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

AVISO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Diretoria Administrativa da Câmara de Timbiras/MA torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 01/2021 que tem como objeto Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA, processo administrativo nº 013/2021. **Órgão(s) interessado(s):** Diretoria Administrativa. **Amparo legal:** Lei 8.666/93, Art. 43, inciso VI, Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e com o Art. 61 da lei 8.666/93. **Reserva de Dotação Orçamentária:** está contida no orçamento Geral da Câmara Municipal de Timbiras, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho. **Valor contratado:** R\$ 1.090,00 (hum mil e noventa reais) valor mensal, totalizando R\$ 11.990,00 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais). **Licitante vencedor:** Caweb Informática Ltda. CNPJ: 03.417.848/0001-09; Câmara de Timbiras/MA em 27 de janeiro de 2021. Wilson Gonçalves Vieira/Diretor Administrativo.

PUBLICAÇÃO/QUADRO DE AVISOS

Nos termos do art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS/MA. Publica o presente instrumento no quadro mural de avisos para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.

Timbiras – MA, ... de de 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Convocação para assinatura de contrato

EMPRESA:

CAWEB INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 03.417.848/0001-09;
Endereço: Avenida Augusto Teixeira, n. 2638B, bairro São Sebastião, CEP: 65.400-000, Codó/MA

ATT. SR.

Hayanna Borges Santos CPF: 625.910.293-34
Signatário

Prezado (a) Senhor (a);

Pelo presente ato e com amparado pelo artigo 64 da Lei 8.666/93, convocamos V. Senhoria para comparecer, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta convocação junto à *Câmara Municipal de Timbiras*, Estado do Maranhão, situada à Rua José Antônio Francis s/n - bairro Centro - nesta cidade, das 08h00 às 12h, em dias úteis, para assinatura do termo de contrato a ser celebrado entre esta Casa Legislativa e a empresa.

O não comparecimento dentro do prazo e condições estabelecidas no presente ato, ressalvado o direito a justificativa, decairá à empresa o direito à contratação.

Timbiras - MA 10 de fevereiro de 2021


Wilson Gonçalves Vieira -
Diretor Administrativo

PUBLICAÇÃO/QUADRO DE AVISOS

Nos termos do art. 51, § único da Lei Federal nº. 8.666/93, do art. 17, inc. I do Regimento Interno a Câmara Municipal de Timbiras/MA Publica o presente instrumento no quadro mural de avisos para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Contrato(s)



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Órgão Solicitante: Diretoria Administrativa

Contrato N.º 004/2021

Dispensa de Licitação 01/2021

Processo Administrativo n.º 013/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS, E A EMPRESA; Caweb Informática Ltda., NA FORMA ABAIXO;

PRELIMINARES;

Por este instrumento particular de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado como **Contratante** a Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, com a sede localizada à Rua José Antônio Francis, s/n, Centro, nesta cidade, CEP: 65.420-000, inscrita no CNPJ n.º 23.662.570/0001-42, representada pelo Excelentíssimo Presidente, Sr. Alexandre Rocha Nascimento, portador do CPF n.º 042.063.303-01 e do RG: 033861502007-2 SSP/MA, e a empresa: (Razão social) Caweb Informática Ltda., Situada à Avenida Augusto Teixeira, n. 2638B, bairro São Sebastião, CEP: 65.400-000, Codó, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ: 03.417.848/0001-09, neste ato representada pela sua sócia administradora, Srª. Hayanna Borges Santos, brasileira, empresária, solteira, portador do CPF: 625.910.293-34 e do RG: 3.616.320 SSP/P, a seguir denominado **Contratada**, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordam e justam firmar o presente contrato, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir expressas:

Cláusula Primeira: DO OBJETO DO CONTRATO;

1.1.O presente contrato tem pôr objeto *Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.*

Cláusula Segunda: DO FUNDAMENTO LEGAL;

2.1. Este contrato tem como amparo legal a dispensa de licitação n.º 01/2021, a Lei Federal n.º 8.666/93 e subsidiariamente no que couber a Lei Complementar 147/2006, e demais normas pertinentes à espécie;

Parágrafo 1º A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira: DO VALOR CONTRATUAL;

3.1. Pelo do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$ 1.090,00 (hum mil e noventa reais), totalizando o valor global de R\$ 11.990,00 (doze mil, novecentos e noventa reais), conforme tabela descrição abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd/meses	Descrição dos itens	Unidade	Média de preços unitario	Valor médio global
1	11	Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA.	serviço	R\$ 1.090,00	R\$ 11.990,00
Valor Total do lote				R\$ 11.990,00	

Parágrafo Único: Ao órgão solicitante deste contrato reserva-se ao direito de não adquirir a totalidade dos serviços solicitados.

Cláusula Quarta: DOS RECURSOS FINANCEIROS;

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos classificados conforme abaixo especificado:

01- Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Cláusula Quinta: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO;

5.1. A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, em obediência ao Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal n. 8666/93, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano.

Cláusula Sexta: DOS FORNECIMENTOS, LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO;

6.1. O Fornecimento deverá ser executado, conforme especificados no Termo de Referência, que deu origem ao processo ao presente contrato, sendo que a inobservância das condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A Contratada obriga-se a substituir o objeto que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

6.2. O objeto licitado deverá ser fornecido sem ônus para a Contratante



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Parágrafo 1º - Os fornecimentos deverão ser realizados de forma imediata, após o recebimento da ordem de fornecimento em dias úteis, em local e horário obrigatoriamente definido pela mesma ordem.

Parágrafo 2º - No caso de algo superveniente, fortuito ou de força maior e não serem tomadas providencia dentro de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação para a substituição mencionada, a Contratante poderá adotar as medidas que julgar necessárias, por conta e risco da contratada.

Parágrafo 3º - Caso a data solicitação da nova ordem de fornecimento coincida com dia em que não haja expediente, o mesmo se fará no dia útil imediatamente posterior.

Cláusula Sétima: DO PAGAMENTO;

O pagamento será efetuado pelo **Contratante** no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da solicitação de pagamento pela **Contratada**.

- a) Nota Fiscal / Fatura;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - INSS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.212/91);
- c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Fornecimento – FGTS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.036/90);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- e) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Federal, com validade compatível com a data do pagamento (Lei 2.231/1962 e Lei nº 7.799/2002);

Parágrafo Segundo - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo Fiscal do Contrato.

Cláusula Oitava: DA RECOMPOSIÇÃO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OBJETO DO CONTRATO;

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

Cláusula Nona: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO;

9.1. Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos Fornecimentos recebidos.

O Licitante deverá manter preposto aprovado pela câmara municipal, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto, para representá-la sempre que for necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

- a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os fornecimentos objeto deste Termo.
- b) . Ao fiscal competirá:
- c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d). Fiscalizar a execução dos fornecimentos desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente como o preposto do Licitante, as ocorrências havidas.

Cláusula Décima: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

Obriga-se, ainda a contratada, sem prejuízo do constante nas solicitações da câmara e da proposta naquilo que não contrariar as disposições deste instrumento:

- a) Prestar o Fornecimento mantendo todas as condições de qualidade originais;
- b) Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato;
- c) Atender prontamente as Ordens de Fornecimentos, instalação das mesmas, expedindo a competente nota de prestação de fornecimentos;
- d) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por danos resultantes de negligência, imperícia, imprudência ou dolo próprio, bem como dos prejuízos decorrentes da qualidade do Fornecimento;
- e) Arcar com os tributos, que incidam ou venham incidir sobre o respectivo contrato.

Cláusula Décima-Primeira: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE;

- a) Acompanhar e fiscalizar todos os procedimentos da Contratada, pertinentes ao Fornecimento do presente Contrato;
- b) Efetuar pagamento em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota de Prestação de fornecimentos;

Cláusula Décima Segunda: DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS;

- 12.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo;
- 12.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Terceira: DA RESCISÃO DO CONTRATO;

Handwritten signature

Handwritten signature and stamp



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

13.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

Cláusula Décima Quarta: DAS SANÇÕES E PENALIDADES;

14.1. A contratada quando ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Timbiras, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

14.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Maranhão e no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

14.3. No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

14.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e

14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.4. As sanções previstas nos itens 14.3.1, 14.3.4 e 14.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 14.3.2 e 14.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

14.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – Comissão, para as providências cabíveis.

14.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas ao edital que deu origem a este contrato;

14.7 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Timbiras.

Cláusula Décima Quinta: DOS CASOS OMISSOS;

15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz das leis que regeram todo o certame licitatório e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Sexta: DO FORO;

16.1. Fica eleito o foro da Comarca desta cidade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Timbiras (MA), 17 de fevereiro de 2021.

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

Hayanna Borges Santos
Hayanna Borges Santos
Caweb Informática Ltda.
Contratada

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

Resenha de extrato do contrato n. 04/2021- Dispensa de Licitação. 01/2021, Partes: Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão CNPJ: 23.662.570/0001-42, e a empresa; Caweb Informática Ltda. CNPJ: 03.417.848/0001-09. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços e instalação de LINK de internet banda larga, com garantia de até 100% em download e upload com até 06 (seis) ips válidos, com suporte técnico para atender às atividades da Câmara Municipal de Timbiras/MA. Valor contrato: R\$ 1.090,00 (hum mil e noventa reais) valor mensal, totalizando R\$ 11.990,00 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais) valor global. Reserva de Dotação Orçamentária: 00 – Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Vigência do contrato: até 31 de dezembro do corrente ano. Base Legal: para publicação; Nos termos do Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93; Signatários: Alexandre Rocha Nascimento; Câmara Municipal de Timbiras/MA; Contratante; e Hayanna Borges Santos CPF: 625.910.293-34; representante da empresa contratada. Timbiras/MA, em 17 de fevereiro de 2021. Wilson Gonçalves Vieira/Diretor Administrativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão


TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO

Dispensa de Licitação N°. 01/2021

Ultimados os procedimentos para prestação de serviços com a emissão do empenho, atestado o recebimento, confirmando a liquidação, efetuado o pagamento, dada a quitação e extinção da obrigação, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64 determino o arquivamento dos autos do Processo Licitatório em tela.

Determino, ainda, que o processo deverá permanecer arquivado estando à disposição dos órgãos fiscalizadores, sob a responsabilidade do arquivo geral desta Casa Legislativa.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras, em 26 de fevereiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara